



CONVERSA NA SALA DO CAFÉ

Profa. Dra. Márcia da Silva¹

Por Revista Geoiingá – Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes²

É com muita satisfação que lançamos a segunda edição da *Conversa na sala do café*. O objetivo desta seção é apresentar uma entrevista com pesquisadores envolvidos no mundo da Geografia, com a finalidade de conhecer suas contribuições, curiosidades e perspectivas acerca do espaço geográfico. Nesta edição da *Conversa na sala do café*, entrevistamos a Professora Doutora Márcia da Silva, docente no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Câmpus Cedeteg em Guarapuava (PR).

Boa leitura!

Palavras chave: Márcia da Silva. Território. Poder. Geografia Eleitoral.



Figura 1. Profa. Dra. Márcia da Silva

Fonte: Arquivo pessoal

¹ Pós-Doutora em Geografia pela Universidade de Lisboa. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Presidente Prudente. Atualmente, é docente no Departamento de Geografia e na Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: msilva@unicentro.br. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796058A2>.

² Entrevista em 08 de agosto de 2018, com “chuva intermitente e frio de 6 graus em Guarapuava/PR”, como descrito pela própria Professora Márcia, contexto propício para uma *Conversa na sala do Café*.

Revista Geoingá: Professora Márcia, gostaria de iniciar agradecendo, profundamente, o aceite e a disponibilidade para esta entrevista. Quero começar perguntando sobre o que mudou, quanto à Geografia, na sua formação desde a graduação até o pós-doutorado?

Márcia da Silva: Eu que agradeço imensamente o convite. Me sinto honrada em conversar um pouco sobre a Geografia e o papel de nosso grupo de pesquisa no fortalecimento da mesma. E já faz anos que me formei (risos), em 1997, pela Unesp de Presidente Prudente. Muita coisa mudou, mas em essência e em termos de epistemologia da Geografia, verifico as frentes e as diversidades das pesquisas muito mais amplas, o que não significa que isso seja bom ou ruim. É uma mudança apenas. Exemplos posso citar o fato de, na minha graduação, auge das esperanças com a Geografia Crítica, o geógrafo (bacharel e licenciado) e a Geografia serem apontados como um dos aportes para a criticidade dos discursos e das práticas sociais, de combate às desigualdades e ao neoliberalismo, de combate aos discursos de exploração do “primeiro mundo” ao primeiro e ao segundo “mundos”, as hierarquias... nos últimos 10 anos, no entanto, estamos carentes desta esperança (para não afirmar que estamos em desesperanças), apesar de eu acreditar que contribuímos. Clamo por uma Geografia da prática, fundamentada teoricamente, mas da prática, do contra discurso, de formação de contra espaços que contribua, mais uma vez, com o combate a Geografia do nada. Sinto falta das falas empolgadas de Ruy Moreira, de Armem Mamigonian, de Aziz Ab’Saber, de Carlos Augusto e de outros que faziam uma Geografia de propósito social transformador, ao menos no sentido de empolgação e de esperanças de quem os ouvia.

Revista Geoingá: Na Unicentro, a senhora tem projetos e reflexões acerca dos governos locais associados às relações de poder. A senhora acredita que essa escala de poder é a mais adequada para a promoção das transformações sociais ou estamos vivenciando uma sobreposição de identidade, sobretudo pela dependência econômica dos governos estaduais e do Governo Federal? É possível visualizar no Brasil um horizonte com uma nova composição político-administrativa, especialmente com caráter regional ou microrregional?

Márcia da Silva: Eu não acredito e nunca acreditei que esta seja a escala de poder mais ou menos adequada para a promoção das transformações sociais. Nunca defendi esta tese em meus estudos ou nos estudos de meus orientandos. Na verdade, o que denominamos ou conceituamos de poder local, em termos de escala, é o conjunto de aportes que fazem com que o local, como prática social, seja a demanda dos contra poderes. Não há uma disputa entre escalas, mas uma complementação. O olhar tem que ser sempre da totalidade, mas tem que

escala mais ampla da totalidade. Aí vejo duas premissas importantes para responder sua pergunta: uma em termos de modelos teórico-conceituais e outra em termos de aplicabilidade dos mesmos. Para o primeiro, compreendo o local (e seus poderes) muito além de base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia; compreendo o local como sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais e econômicos que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns e diversos, com grupos sociais da escala da lógica econômica, geopolítica, identitária, financeira e outras. Assim, a análise do “local” pressupõe o estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos, ou seja, disputas escalares. Quanto à segunda premissa, a que contempla o que você denomina, na escala de Brasil, de visualizar um horizonte com uma nova composição político-administrativa, especialmente com caráter regional ou microrregional, minha resposta é não, para já, institucionalmente e em escala federal. Para além, por exemplo, das associações de municípios, que tem funções importantes em termos político-administrativos, uma nova configuração daí decorrente, para o Brasil, ainda não percebo, como os Cantões na Suíça (tenho um projeto com financiamento da Fundação Araucária sobre), agregação de freguesias em Portugal (pós-doutorado 2013-2014 sobre), perpassam pelas forças antagônicas (hegemônicas e não hegemônicas) que citei há pouco. E no Brasil o caráter político-administrativo é muito consolidado, inclusive pelo aporte jurídico. O que podemos e devemos avaliar e estudar, neste sentido, é o que David Harvey denomina de espaço absoluto-relativo-relacional como possibilidade de avanços sobre o tema e de refutar fronteiras institucionais e reconstruí-las em função de problemáticas e demandas atuais e reais em vinculação com o tempo, na lógica espaço-tempo.

Revista Geoingá: Professora Márcia, observamos no Paraná – e não somente nele – casos em que o “poder” se concentra, durante muitos anos, em um político, familiares desse político e/ou grupos políticos. No Norte do Paraná, por exemplo, dois casos chamam a atenção: em um município, 55% da idade da emancipação política foram governados por dois prefeitos, sendo um por 18 anos e outro por 16 anos; e, em outra situação, um prefeito foi eleito em um município e, na eleição seguinte, foi eleito no município vizinho. Essa política de coronelismo e de poder pode ser rompida, especialmente no atual cenário de “descrença” com a política brasileira? Como fomentar e ampliar o engajamento político de grupos sociais, sobretudo os marginalizados?

Márcia da Silva: Vou começar pelo fim. Fomentar e ampliar o engajamento político de
Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 10, n. 1, p. 206-212, 2018
ISSN 2175-862X (on-line)

grupos sociais diversos, como você mesmo indica, em especial os marginalizados na busca por seus direitos seria uma forma de reversão do processo citado como exemplo. Pode ser jargão, mas nos falta cultura político-partidária. Há aqueles que defendem que esta política não serve para nada e devemos expurgá-la. Eu penso um pouco diferente, por compreender que é justamente isso que os grupos tradicionais, coronelistas, oligarquistas, “empresaristas”, sindicalistas proprietários rurais representantes de grupos de poder hegemônicos, querem e disseminam para que a população, de forma geral, e não somente a sociedade civil organizada, defenda como ideologia. Enquanto isso, estes e outros grupos permanecem ocupando os cargos públicos eletivos e preparando terreno para sucessão político-familiar-parental ao longo de anos. Desqualificar a política partidária é uma das maneiras de manter o *status quo* soberano daqueles que são eleitos repetidamente (deputados, senadores, prefeitos, vereadores), como reprodução do poder angariados em ideologias como esta. O “Coronelismo, enxada e voto” (1948), de Victor Nunes Leal é de origem, mas se transfigurou ao longo do século XX e início do XXI. É um coronelismo renovado pelas mídias sociais, pelo *smartphone*, pelos voos comerciais pelo interior do Brasil, pela virtualidade instantânea, pelo maior acesso à educação formal, diminuição do analfabetismo, apesar das limitações históricas. O que quero dizer com isso? Que na essência pouco se mudou, mas que temos outros coronéis, como os de municípios rurais demograficamente pequenos da região de Guarapuava, que nas eleições de 2016, por exemplo, elegeram para o executivo (prefeituras) não somente o proprietário de terras rurais, mas o proprietário e especulador de terras urbanas, com empresa na área de pavimentação asfáltica (Irati), o empresário do ramo de transporte coletivo (Teixeira Soares), o empresário da área do turismo/restaurantes/hotelaria (Fernandes Pinheiro), ou ainda João Doria³, prefeito licenciado da cidade de São Paulo, ou seja, empresários de ramos “modernos” da economia brasileira. E aí como fomentar o engajamento político e político partidário? Não trago respostas, mas resultados de pesquisas de doutorado que orientei/oriento e sugiro leitura para conclusões próprias: a tese de Daniel Cirilo Augusto, da Geografia da UEM, com o tema identificação pessoal e identificação partidária do eleitorado ao votar, a dissertação de Lara Pires Weissbock, da Geografia da Unicentro, com o tema cidadania, eleições, voto, participação em entendidas políticas diversas, dos eleitores de 16 e 17 anos; também da mesma pesquisadora, a tese, em andamento, sobre jovens e espaços de participação a partir de 2013, no Brasil (Lara está em estágio doutoral em Barcelona, sob supervisão de um dos grandes pesquisadores do tema, professor Carles Feixa, da

³ Faço o destaque de que João Doria foi eleito prefeito de São Paulo justamente com o discurso de “antipolítica”, ou seja, desqualificação da política partidária e ênfase na gestão pública como empresa privada.

Universidade Pompeu Fabre); de Idair Augusto Zinke, também da Geografia da Unicentro, a dissertação de mestrado, também em andamento, sobre os conselhos municipais e os espaços de participação de municípios emancipados, nos anos 1990, no Centro-Sul do Paraná; a tese Cleiton Costa Denez, da Geografia da UEM, com a análise dos grupos e de suas redes de poder em Ivaiporã, metodologia que pode ser aplicada em outros municípios brasileiros. Para mim esta é uma forma de produzir ciência, mas para além dela, uma forma de valorizar o tema participação popular na prática social cotidiana, não somente como força de lei, mas por vontade e desejo das pessoas.

Revista Geoinfó: Outro assunto interessante que a senhora pesquisa é a rede geográfica, principalmente pelas redes sociais e redes de poder. No mundo globalizado e conectado por redes, principalmente a Internet, as redes de poder são ainda mais perigosas e difíceis de estudar? Temos um limiar tênue entre liberdade e direitos *versus* poder?

Márcia da Silva: Meu primeiro trabalho sobre redes sociais de poder foi realizado na tese de doutorado, defendido pela Unesp/PP em maio de 2015, sendo o modelo usado como metodologia e não propriamente como teoria. À época foi inovador. Lembro-me de todos os cálculos das matrizes feitos à mão em papel sulfite que guardo como recordação (amarelados hoje), pois não havia *softwares* que produzissem as redes e suas combinações, como grau de centralidade, grau de entrada e grau de saída dos atores, poder de cada ator da rede, conectividade e outros, instantaneamente. As redes de poder sempre foram perigosas e difíceis de estudar por diversos motivos, sendo o principal deles a coleta de informações e de dados, já que revelar pormenores das relações de poder, em rede, muitas delas extraoficiais ou oficiosas e resultantes de conexões comumente não éticas ou formalizadas por lei, significa desvelar a rede, delatar o comparsa ou o parceiro. Quando apresentei os territórios conservadores de poder, na tese de doutorado, estes foram resultantes justamente das redes de poder, das relações e conexões entre iguais ou semelhantes e de forma horizontal. Exemplifico: mesmo sendo adversários e concorrentes, os candidatos à prefeitura de Guarapuava ou ao governo do Paraná ou de outros estados brasileiros sempre tiveram alto grau de conectividade ou de conexão na rede de poder político, o que significa que a fortaleciam, mesmo que momentaneamente e quando os interesses divergiam. A rede política de poder só se ampliava, em termos de conexões, quando os outros atores faziam parte dos grupos de poder econômico (reforço aqui que a delimitação em grupos de poder político, econômico ou institucional é apenas como metodologia de estudo ou apropriação para análise, e que na prática assim não se configura), quase sempre associados ou base para as doações

para campanhas políticas. Os orientandos deram sequência aos estudos sobre redes sociais de poder, mas ainda tendo a rede como metodologia, sem traçar uma teoria geográfica sobre. Quanto ao limiar entre liberdade e direitos *versus* poder, não sei se esta fronteira é tênue ou se ela nem existe no sentido dos nossos estudos, posto neles a liberdade também ser um elemento de poder no sentido de seu alcance. Se citarmos como exemplo os estudos de Michel Foucault, por exemplo, o que denomina de atitude-limite nas relações de poder é justamente este fato. Nas últimas interpretações de Foucault sobre relações de poder a proposta foi a de analisar a correlação relações de poder e resistências ao poder e não mais a relação saber-poder. Foi aí que passou a interpretar a liberdade, passando de uma posição mais analítica para uma posição analítica e também militante, um pesquisador preocupado com as tarefas abertas pelo diagnóstico do presente, como faz a Geografia, em sua relação com o espaço. Estas novas interpretações sobre o poder me parecem casar com a inserção ou não da liberdade neste patamar. Também como pesquisadora da realidade posta, dos movimentos sociais e de participação socioespacial, configuradas em contra poderes e contra espaços, preocupo-me com a sobreposição liberdade e direitos como elementos de poder e o que se fazer com ela. Falta-me, no entanto, argumentos teóricos para fundamentá-la, mesmo sabendo que os limites têm sido ultrapassados. No entanto, esta é uma questão filosófica e histórica da relação sujeito e poder, título, inclusive, de uma obra do próprio Foucault, de 1982. Cabe a releitura frente as demandas de uma sociedade conectada e produto da instantaneidade como meio de averiguar os limiares citados.

Revista Geoinfó: Gostaria que a senhora recomendasse um livro para nossos leitores.

Márcia da Silva: Esta pergunta é ingrata. Obviamente vou fazer a indicação pelo viés da Geografia Política ou do que estamos tentando construir teórico e metodologicamente, pelo viés da Geografia do Poder. Apesar de ser um tema constitutivo da própria origem da Geografia, as novas configurações do poder e de suas relações, em suas diferentes e complementares escalas, proporcionam releituras, mas também avanços e possibilidades diversas de especialização dos donos do poder, como bem indicou há décadas Raymundo Faoro. Enfim, indico a leitura do livro *Political Geography: world-economy, nation-state and locality*, de Colin Flint & Peter Taylor, editado pela Sixth, de Londres, em 1985 e com outras cinco edições. É uma abordagem que nos faz pensar sobre política, poder, Estado, elites, hegemonia e contra hegemonia, espaços de poder, espaços dominados e espaços apropriados por sujeitos concretos, dentre outros.

Revista Geoinjá: Professora Márcia, mais uma vez, quero agradecer pela atenção, disponibilidade e contribuições. Foi uma entrevista esclarecedora e de muito aprendizado. Para finalizar, gostaria que a senhora deixasse um comentário aos leitores da Revista Geoinjá sobre as principais motivações para estudar o espaço geográfico.

Márcia da Silva: A gratidão é toda minha. O convite deixou-me imensamente feliz, não somente por ter a oportunidade de apresentar as pesquisas que desenvolvemos (eu, colegas e orientandos), mas também as que me identifico e que ainda não tive oportunidade de realizar ou de aprofundar. Sem contar o compromisso que tenho certeza existir entre os editores da Revista Geoinjá e a Geografia, “una e múltipla”, para não dizer que não citei Milton Santos. Sem dúvida o maior geógrafo brasileiro, formado em Direito, que também analisou a Geografia do Poder sob diversas perspectivas, criando pares dialéticos e antagônicos (sistemas de objetos e sistemas de ação, espaços opacos e espaços luminosos, espaços que mandam e espaços que obedecem, fluidez e viscosidade, densidade e rarefação...) que exprimem, com sabedoria, os resultados espaciais decorrentes das relações de poder entre sujeitos/grupos/capital/territórios dominantes e dominados. Assim, minha motivação, e acredito que do grupo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa vinculado à Unicentro, Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES, do qual sou coordenadora, em parceria com a professora Karla Brumes, está em estudar porque algumas pessoas têm moradia e outras não, porque umas vivem nas ruas e outras em condomínios fechados, porque algumas têm que migrar e outras constroem impérios em seus lugares de origem, porque algumas ganham milhões e outras tantas são criticadas pelo assistencialismo governamental, porque há especuladores de terras e sem terras, porque o espaço é produzido – e reproduzido – desigualmente e quais as relações de poder e de ausência dele que permitem que isso aconteça. Destaco que não sou fã das utopias, mas todas as diferentes maneiras de produção das desigualdades me inquietam, me incomodam e me fazem estudar possibilidades explicativas para sua compreensão e quiçá, para (sonhar) com sua extinção. Agradeço profundamente a você Pedro, por quem tenho um carinho e uma admiração que não tem efetiva explicação, mas que certamente está nos diversos elogios testemunhados ao seu trabalho sério como pesquisador e professor.